

FUNDAÇÃO DE  
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

**SPPREVCOM**

Fundação de Previdência Complementar do  
Estado de São Paulo  
SP - PREVCOM

Conselho Fiscal  
Relatório de Controles Internos  
2º Semestre de 2014

## SUMÁRIO

1.	Introdução .....	1
2.	Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos.....	2
2.1.	Diretrizes de Investimentos para o exercício de 2014 .....	2
2.2.	Alocação .....	2
2.3.	Rentabilidade.....	3
2.4.	Custos com Gestão de Recursos .....	6
2.5.	Controle de Riscos de Investimentos .....	8
2.6.	Comentários e Recomendações.....	9
2.7.	Manifestação .....	9
3.	Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais .....	9
3.1.	Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo V) e Evolução das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI) .....	10
3.2.	Cobertura Patrimonial dos Planos .....	12
3.3.	Manifestação do Conselho Fiscal .....	13
4.	Acompanhamento da Execução Orçamentária .....	14
4.1.	Gestão Previdencial.....	14
4.1.1.	Da execução orçamentária das Adições .....	14
4.1.2.	Da execução orçamentária das Deduções.....	16
4.2.	Gestão Administrativa.....	16
4.2.1.	Da execução orçamentária das receitas administrativas .....	16
4.2.2.	Da execução orçamentária das despesas administrativas.....	18
4.2.3.	Acompanhamento dos indicadores de Gestão.....	20
4.3.	Investimentos.....	23
4.3.1.	Da execução orçamentária dos investimentos.....	23
4.4.	Comentários e Recomendações.....	23
4.5.	Manifestação .....	24
5.	Investimentos em Ativo Permanente .....	25
5.1.	Comentários e Recomendações.....	25
6.	Controles Internos .....	27
6.1.	Recomendações do relatório anterior.....	27
6.2.	Respostas às recomendações do relatório anterior.....	28
Anexos.....		30



## 1. Introdução

O Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, representados por seus membros infra-assinados, manifesta-se acerca das determinações contidas no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, referente às atividades desenvolvidas no 2º semestre de 2014.

As constatações apresentadas neste relatório referem-se aos seguintes Planos de Benefícios:

- Plano de Benefícios PREVCOM RP (CNPB 2013.0001-38)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG (CNPB 2013.0002-19)
- Plano de Benefícios PREVCOM RG-UNIS (CNPB 2013.0020-92)

As constatações do Plano de Gestão Administrativa – PGA serão demonstradas de forma consolidada, uma vez que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios, a parcela a este pertinente.

## 2. Análise da Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos

### 2.1. Diretrizes de Investimentos para o exercício de 2014

O Conselho Deliberativo da SP-PREVCOM revisou em setembro de 2014 as Diretrizes de Investimentos (Anexo I) para seus Planos de Benefícios, com o objetivo tanto de determinar e descrever as diretrizes gerais para a gestão de investimentos, quanto disciplinar os métodos e ações dos processos decisórios e operacionais de gestão dos ativos dos Planos de Benefícios administrados pela SP-PREVCOM.

### 2.2. Alocação

Conforme previsão no Estatuto, e nas Diretrizes de Investimentos, a Fundação optou pela manutenção da gestão terceirizada da administração dos recursos financeiros dos planos de benefícios, sendo atualmente efetuada pelo Banco BTG Pactual. Foi disponibilizado pela Fundação, o Regulamento do Fundo de Investimento (Anexo II), o qual rege como os recursos foram inicialmente alocados, bem como o Relatório de Exposição em Mercado (Anexo III), que consolida as informações das carteiras dos fundos de investimentos. Abaixo segue quadro da alocação dos recursos por segmento de aplicação, em conformidade com as Diretrizes de Investimentos e, a efetiva posição de fechamento do semestre, com base no Relatório de Segmentação, disponibilizado pela CVM. (Anexo IV):

Segmento	Diretriz de Investimento			Limite Resolução 3.792	Retorno (*) Real Esperado	Desvio Padrão (anual)	Posição 1º Semestre de 2014	Posição 2º Semestre de 2014
	Limite Inferior	Ponto Ótimo	Limite Superior					
<b>RENDA FIXA</b>	<b>88,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>96,96%</b>	<b>100,00%</b>
Títulos Públicos	0%	-	100,00%	100,00%	-	-	96,82%	99,98%
Títulos Privados	0%	-	80,00%	80,00%	-	-	0,14%	0,02%
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>12,00%</b>	<b>70,00%</b>	<b>7,35%</b>	<b>25,50%</b>	<b>3,04%</b>	<b>0,00%</b>
Ações Novo Mercado	0%	-	12,00%	70,00%	-	-	1,92%	0%
Ações Nível 2	0%	-	12,00%	60,00%	-	-	0,09%	0%
Ações Bovespa Mais	0%	-	12,00%	50,00%	-	-	0,00%	0%
Ações Nível 1	0%	-	12,00%	45,00%	-	-	0,48%	0%
Outras Ações e Fundos (**)	0%	-	12,00%	35,00%	-	-	0,55%	0%
<b>IMÓVEIS</b>	-	-	-	<b>8,00%</b>	-	-	-	-
<b>EMPRÉSTIMOS (operações com participantes)</b>	-	-	-	<b>15,00%</b>	-	-	-	-
<b>INV. ESTRUTURADOS</b>	-	-	-	<b>20,00%</b>	-	-	-	-
<b>INV. NO EXTERIOR</b>	-	-	-	<b>10,00%</b>	-	-	-	-
<b>ÍNDICE DE REFERÊNCIA</b>					<b>5,00%</b>			

\* Os retornos esperados estão expressos em termos reais, isto é, acima da inflação projetada pelo IPCA;

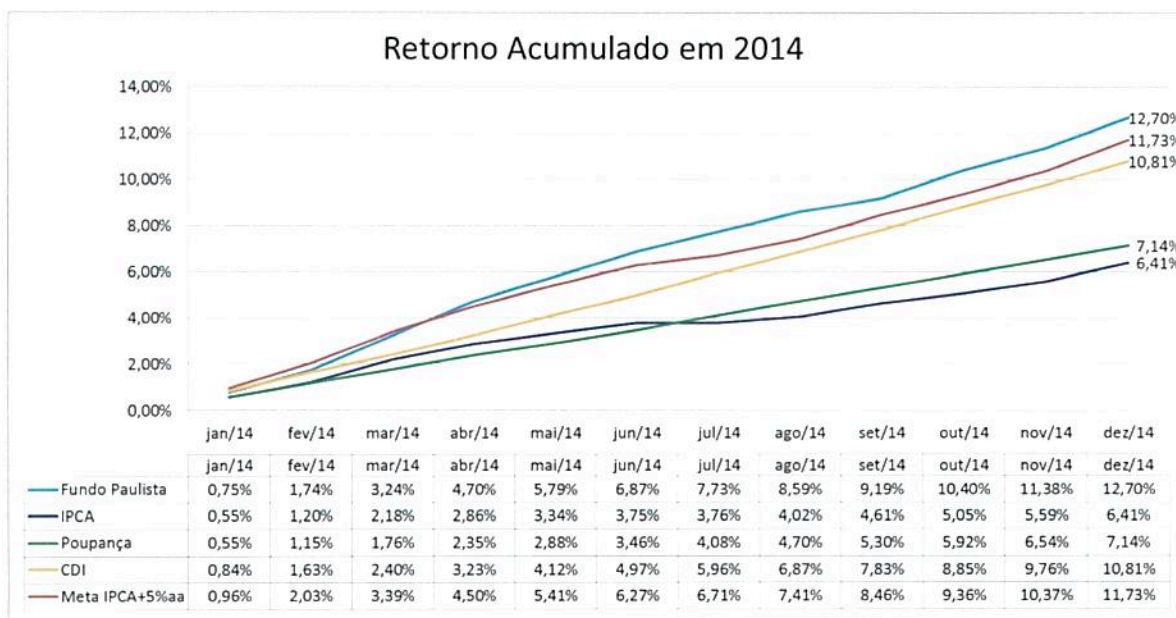
\*\* Em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação em bolsa de valores não listadas nos segmentos do Novo Mercado, Níveis 1 e 2 e Bovespa Mais, bem como em cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em bolsa de valores.

### 2.3. Rentabilidade

O índice de referência para os investimentos da SP-PREVCOM, no longo prazo, é estabelecido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acrescido de 5 % (cinco por cento) ao ano. A rentabilidade apurada, até a presente data, denota amostragem temporal suficiente para avaliação de desempenho, dado que a partir de abril de 2014 a rentabilidade acumulada do plano foi superior a de seu índice de referência e manteve esse status até dez/14. Um resultado favorável apesar da volatilidade dos mercados.

Global	Rentabilidade Global por Semestre		
	Rentabilidade	Índice de Referência <sup>1</sup>	% do Índice de Referência
1º Semestre de 2013	2,39%	2,98%	80,28%
2º Semestre de 2013	7,27%	8,20%	87,32%
1º Semestre de 2014	6,87%	6,27%	109,57%
2º Semestre de 2014	12,70%	11,73%	108,59%

1-Índice de Referência = IPCA +5% a.a. Acumulado 2014



Segmento de Aplicação	Acumulado 2º Semestre de 2014		
	Rentabilidade	Benchmark <sup>1,2</sup>	p.p acima do Benchmark
Renda Fixa	11,70%	14,10%	-2,40%
Renda Variável	0,40%	-0,50%	0,90%

1 - Benchmark para segmento de Renda Fixa = IMA-B

2 - Benchmark para segmento de Renda variável = Ibovespa

### Segmento de Renda Fixa

Quando observado o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação adotou uma estratégia de alocação em ativos atrelados ao IPCA, em sua maioria NTN-Bs de longo prazo, apresentando desempenho desfavorável quando comparado ao seu benchmark - IMA-B. Ressalta-se nesta análise, a insuficiência temporal para avaliação de desempenho no longo prazo, lembrando que o IMA-B capturou todo o prêmio pelo fechamento dos preços das NTNs, o qual não foi capturado pelos investimentos, dado que os títulos aplicados estão marcados na curva do papel e serão levados ao vencimento.

Global	Rentabilidade Renda Fixa por Semestre		
	Rentabilidade	Índice de Referência <sup>1</sup>	p.p. em relação ao benchmarking
1º Semestre de 2013	2,40%	-6,89%	9,29%
2º Semestre de 2013	4,49%	-2,55%	7,04%
1º Semestre de 2014	6,40%	9,40%	-3,00%
2º Semestre de 2014	11,70%	14,10%	-2,40%

1-Índice de Referência = IMA-B

### Rentabilidade - Renda Fixa

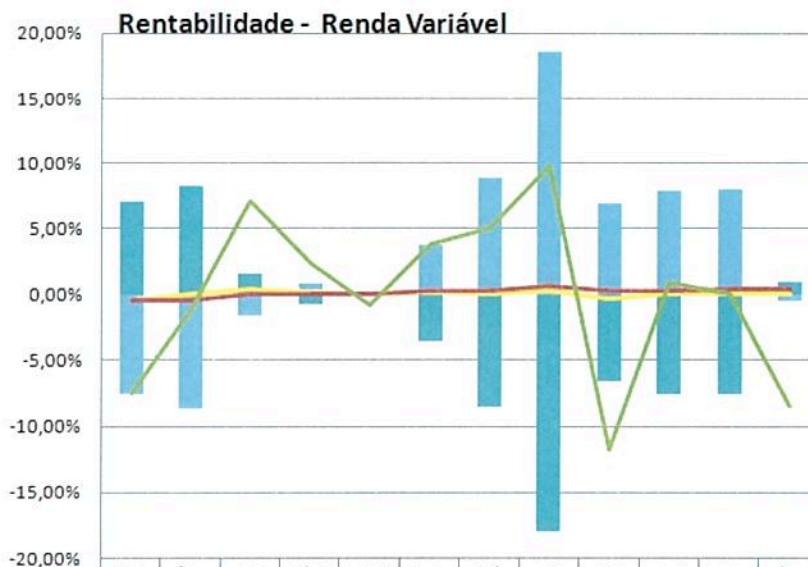


### Segmento de Renda Variável

Quando observados o desempenho de carteiras por segmentação, a Fundação adotou uma estratégia de alocação de percentual mínimo do patrimônio em ações no segmento de renda variável, apresentando desempenho com menos volatilidade quando comparado ao seu benchmark Ibovespa e, portanto menos rentável. Ressaltando nesta análise a insuficiência temporal para avaliação de desempenho no longo prazo.

Global	Rentabilidade Renda Variável por Semestre		
	Rentabilidade	Índice de Referência <sup>1</sup>	p.p. em relação ao benchmarking
1º Semestre de 2013	-	-	-
2º Semestre de 2013	0,10%	-5,00%	5,10%
1º Semestre de 2014	0,30%	3,81%	-3,51%
2º Semestre de 2014	0,40%	-0,50%	0,90%

1-Índice de Referência = Ibovespa



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
pp em relação ao benchmarking	7,05%	8,20%	1,60%	-0,70%	0,10%	-3,50%	-8,50%	-18%	-6,60%	-7,60%	-7,60%	0,90%
Benchmarking acumulado	-7,51%	-8,60%	-1,60%	0,80%	0,00%	3,80%	8,80%	18,60%	6,90%	7,90%	8,00%	-0,50%
Renda variável mensal	-0,46%	0,05%	0,39%	0,14%	0,04%	0,18%	-0,01%	0,25%	-0,28%	-0,01%	0,05%	0,00%
Renda variável acumulada	-0,46%	-0,40%	0,00%	0,10%	0,10%	0,30%	0,30%	0,60%	0,30%	0,30%	0,40%	0,40%
Benchmarking mensal	-7,51%	-1,14%	7,05%	2,40%	-0,75%	3,76%	5,01%	9,78%	11,70%	0,95%	0,06%	-8,52%

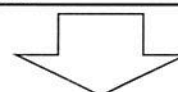
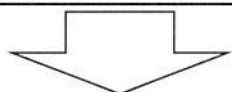
## 2.4. Custos com Gestão de Recursos

A atual estrutura de custos da administração dos recursos financeiros está relacionada à remuneração de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) ao ano aplicado sobre o patrimônio líquido do Paulista Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Paulista FIQ"), administrado pelo BTG Pactual, adicionado de taxas de administração dos fundos de investimento cujas cotas são adquiridas. São ainda deduzidas do Patrimônio do Fundo, as despesas relacionadas à taxa de fiscalização CVM, ANBIMA, publicações em geral, sistemas de custódia (SELIC/CETIP), custos relacionados à auditoria, dentre outras. Além disso, há despesas relacionadas aos investimentos nos Fundos: Bela Cintra e Fundos DI.



## Estrutura de Investimentos

<b>PAULISTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO</b>	
valor em R\$	176.295.341,96
qtde de quotas	145,796,516.516624
Valor da quota	1,209188
nº quotistas	1
resgate	"d" + 0
tx adm	0,06% a.a.



<b>BELA CINTRA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA</b>		
valor em R\$	R\$	173.602.156,79
qtde de quotas		150.953.934
Valor da quota	R\$	1,150034
nº quotistas		1
resgate		"d" + 2
tx adm		0,14% a.a.
tx performance		não há

<b>BTG PACTUAL MASTER CASH FUNDO DE INVESTIMENTO REFERENCIADO DI</b>		
valor em R\$	R\$	2.701.263,09
qtde de quotas		1.408.172
Valor da quota	R\$	1,918276
nº quotistas		63
resgate		"d" + 0
tx adm		0,20% a.a.
tx performance		não há

Nome Fundo	Descrição	Final (R\$)	% PL	Tx Adm % aa
Bela Cintra FI RF	18.972.445/0001-07	173.602.156,79	98,47	0,14
BTG Pactual Master Cash FI Ref DI	09.215.250/0001-13	2.701.263,09	1,53	0,20
<b>Média Ponderada</b>				<b>0,14</b>
Fundo Paulista FIMM CP	17.433.272/0001-88			0,06
<b>Custo Total da Estrutura</b>				<b>0,20</b>

## Custos de Gestão

### PAULISTA FIQ FIM

Contas	jan/14	Fev-2014	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14
Taxa de Administração	(1.361,14)	(1.970,46)	(1.945,91)	(2.323,74)	(2.971,22)	(3.755,60)	(4.152,52)	(5.501,54)	(5.578,17)	(6.608,78)	(7.622,66)	(7.417,46)
Taxa de Performance					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de BMB&F					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Bovespa					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Cartório		(602,08)	(1.550,75)		-	-	-	(604,74)	-	-	-	-
Despesa de Taxa de Auditoria					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Taxa de Custódia					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Taxa de Fiscalização - CVM	(1.200,00)			(1.920,00)	-	-	(1.920,00)	-	-	(2.880,00)	-	-
Despesa de Taxa de Publicação ANBID		(227,88)		(484,61)	-	(548,60)	-	-	(548,60)	(548,60)	-	(643,55)
Despesa de Taxa de Util. SELIC					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Taxa de Util. CETIP					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas c/ Correspond. e Impressos					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com Publicação de Atas					-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com Corretagem					-	-	-	-	-	-	-	-
PIS / CDFINS					-	-	-	-	-	-	-	-
CPMF					-	-	-	-	-	-	-	-
IR a Recolher					-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas					-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas					-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(2.561,14)</b>	<b>(2.700,42)</b>	<b>(3.496,66)</b>	<b>(4.728,35)</b>	<b>(2.971,22)</b>	<b>(4.304,20)</b>	<b>(6.072,52)</b>	<b>(6.106,29)</b>	<b>(6.126,77)</b>	<b>(10.037,39)</b>	<b>(7.622,66)</b>	<b>(8.061,01)</b>

Obs.: A apuração dos valores é efetuada utilizando-se o critério de fluxo de caixa

## 2.5. Controle de Riscos de Investimentos

O Conselho Deliberativo definiu nas Diretrizes de Investimentos alguns parâmetros de exposição a risco de mercado por segmento de aplicações (Anexo I). Na segmentação de renda fixa, a Fundação em consonância as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002, classificou os ativos alocados no fundo "Bela Cintra Fundo de Investimento" que representam 98,47% do patrimônio dos recursos previdenciários, na categoria de títulos mantidos a vencimento. Neste sentido, este Conselho entende que a tolerância à exposição a risco de perdas financeiras máximas, em cenários de *stress*, no segmento de renda fixa de 2,00 % de desvio padrão, do patrimônio líquido do fundo não se aplica aos ativos classificados nesta categoria, dado que os mesmos são acruados contabilmente pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, não sensibilizados pelas taxas vigentes de mercado. Na segmentação de renda variável, não houve aplicação no mês de dezembro. O parâmetro de exposição a risco de mercado apresentou-se bem abaixo do limite de 15% para a medida chamada de *tracking error* feita através da aferição de risco de deslocamento do retorno do fundo em relação ao seu índice comparativo de rentabilidade (Anexo III) e também bem abaixo do limite de 25% de desvio padrão para o fundo. Em relação à exposição de risco de crédito, as Diretrizes de Investimentos não estabeleceram parâmetros, entretanto conforme informações disponibilizadas pelo administrador/gestor, todos os ativos tem atribuição de *ratings* em escala nacional por agências internacionais de classificação de risco. No que tange a liquidez, a diversificação da atual estrutura de investimentos estabelece a conversão das quotas em diferentes prazos, de forma a atenderem as obrigações da Fundação e o perfil do exigível atuarial dos seus planos de benefícios.

## 2.6. Comentários e Recomendações

Comentários:

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios disponibilizados identificou que 100% dos recursos garantidores dos planos de benefícios são investidos no Paulista FIQ, classificado como um fundo "Multimercado". Conforme quadro exposto, no item 2.2, constatamos que a composição final dos ativos, para fins de enquadramento nos segmentos de aplicação, apresenta 100,00% em renda fixa, sendo 99,98% em títulos públicos e 0,02% em títulos privados. Desta forma, os recursos estão aplicados de acordo com a Diretriz de Investimento.

A exposição a risco de perdas em cenários de *stress* encontra-se dentro dos limites de tolerância a risco para o segmento de renda fixa de 2,0% do patrimônio líquido do fundo e de 15,0 % para a medida chamada de *tracking error* para renda variável.

Recomendações:

1. Estabelecer Política de Investimentos por plano para o ano de 2015, de acordo com o previsto no Artigo 16º da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009;
2. Estruturação dos Comitês Gestores dos planos de benefícios, conforme previsto no Item 1 do Artigo 25 do estatuto da fundação.

## 2.7. Manifestação

Diante das análises efetuadas e em atendimento ao artigo 19 da Resolução do CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, manifestamos que a SP-PREVCOM, no 2º Semestre de 2014, teve a gestão dos recursos dos planos de benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS aderentes a Resolução do CMN 3.792/09 e demais normas emitidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, atendendo as diretrizes estabelecidas nas Diretrizes de Investimento de 2014. Devendo ser considerado os comentários e as recomendações apresentadas.

Observamos que o houve um desenquadramento das Diretrizes de Investimentos ocorrido no primeiro semestre de 2014, mas que foi regularizado pela liquidação da posição de investimento não enquadrado na política e pela posterior revisão das Diretrizes em Setembro de 2014.

## 3. Análise da Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

De acordo com o Inciso I, do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, verificou a documentação disponibilizada pela Fundação para análise de aderência das premissas e hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, utilizadas no segundo semestre de 2014 e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

### **3.1. Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo V) e Evolução das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI)**

A aprovação dos Planos de Benefícios PREVCOM RP e PREVCOM RG ocorreu em 21 de janeiro de 2013, através das Portarias nº 18 e nº 19, publicadas no D.O.U. O Plano de Benefício PREVCOM RG-UNIS ocorreu em 04 de dezembro de 2013, através da Portaria nº 670, publicada no D.O.U.

Com base no Parecer preparado pelo atuário dos planos, uma vez que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), não são empregadas bases financeiras e atuariais na definição dos benefícios e custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Para este, a tábua biométrica utilizada é AT2000, segregada por sexo.

Os Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS são planos de múltipla escolha na Renda de Aposentadoria, contendo benefícios enquadrados na modalidade de Contribuição Definida (CD), calculados financeiramente.

Foi contratada uma seguradora para cobertura dos benefícios de risco, cuja autorização se deu através da 5ª Reunião do Conselho Deliberativo, em 31 de agosto de 2012, na qual o Diretor Presidente da Fundação comunicou aos conselheiros o envio da carta-convite para contratação da referida seguradora, com base na Resolução CGPC nº 10 de 30 de março de 2004. O termo de referência foi encaminhado em 20 de setembro de 2012, e após análise, foi escolhida a Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 209, de 06 de novembro de 2012.

Com base nas informações disponibilizadas pelo departamento de seguridade da Fundação (Anexo VIII e IX), foram elaborados os quadros a seguir que demonstram as movimentações dos saldos no período das Provisões Matemáticas e dos Fundos Administrativo e Previdencial dos Planos de Benefícios:

**CONSOLIDADO**

	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/13	jun/14	dez/14
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	37.592.560	106.408.672	196.890.318
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	950.071	1.607.876	696.972
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$

**PLANO RP**

	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/13	jun/14	dez/14
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	2.510.957	8.047.102	18.560.991
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	884.478	913.819	523.080
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$

**PLANO RG**

	Saldo	Saldo	Saldo
	dez/13	jun/14	dez/14
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	34.572.701	62.205.505	93.593.272
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	40.054	405.913	171.877
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$

**PLANO RG-UNIS**

	Saldo dez/13	Saldo jun/14	Saldo dez/14
<b>Constituição de Provisões Atuariais (Provisões Matemáticas e Benefícios Conceder)</b>	508.902	36.156.066	84.736.055
<b>Constituição/Reversão de Fundos (Administrativo e Previdencial)</b>	25.539	288.144	2.015
	valores em R\$	valores em R\$	valores em R\$

**3.2. Cobertura Patrimonial dos Planos**

Devido à natureza dos planos de benefícios (CD), que transformam as cotas individuais em nome de cada Participante, em Fundos, verificamos que o Patrimônio apurado é suficiente para a cobertura dos compromissos.

**Consolidado dos Planos Previdenciais**

1º Semestre 2013		2º Semestre 2013		1º Semestre 2014		2º Semestre 2014	
<b>Ativo Total</b>	<b>16.186.403</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>41.583.011</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>111.614.537</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>199.386.565</b>
(-) Exigível Operacional	2.115.344	(-) Exigível Operacional	3.040.380	(-) Exigível Operacional	3.597.989	(-) Exigível Operacional	1.799.274
(-) Fundo Adm. e Previd.	6.331.975	(-) Fundo Adm. e Previd.	950.071	(-) Fundo Adm. e Previd.	1.607.876	(-) Fundo Adm. e Previd.	696.972
<b>Ativo Líquido</b>	<b>7.739.084</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>37.592.560</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>106.408.672</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>196.890.318</b>
(-) Provisões Matemáticas	7.681.413	(-) Provisões Matemáticas	37.592.560	(-) Provisões Matemáticas	106.408.672	(-) Provisões Matemáticas	196.890.318
(-) Fundos	57.671	(-) Fundos	-	(-) Fundos	-	(-) Fundos	-
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>
	valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$

PREVCOM RP		PREVCOM RG		PREVCOM RG-UNIS	
1º Semestre 2014		1º Semestre 2014		1º Semestre 2014	
<b>Ativo Total</b>	<b>9.250.698</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>64.343.733</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>38.020.106</b>
(-) Exigível Operacional	289.777	(-) Exigível Operacional	1.732.315	(-) Exigível Operacional	1.575.897
(-) Fundo Adm. e Previd.	913.819	(-) Fundo Adm. e Previd.	405.913	(-) Fundo Adm. e Previd.	288.144
<b>Ativo Líquido</b>	<b>8.047.102</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>62.205.505</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>36.156.066</b>
(-) Provisões Matemáticas	8.047.102	(-) Provisões Matemáticas	62.205.505	(-) Provisões Matemáticas	36.156.066
(-) Fundos	-	(-) Fundos	-	(-) Fundos	-
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	

PREVCOM RP		PREVCOM RG		PREVCOM RG-UNIS	
2º Semestre 2014		2º Semestre 2014		2º Semestre 2014	
<b>Ativo Total</b>	<b>19.374.238</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>94.515.301</b>	<b>Ativo Total</b>	<b>85.497.026</b>
(-) Exigível Operacional e Contingencial	290.167	(-) Exigível Operacional e Contingencial	750.151	(-) Exigível Operacional e Contingencial	758.955
(-) Fundo Adm. e Previd.	523.080	(-) Fundo Adm. e Previd.	171.878	(-) Fundo Adm. e Previd.	2.015
<b>Ativo Líquido</b>	<b>18.560.992</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>93.593.272</b>	<b>Ativo Líquido</b>	<b>84.736.055</b>
(-) Provisões Matemáticas	18.560.992	(-) Provisões Matemáticas	93.593.272	(-) Provisões Matemáticas	84.736.055
(-) Fundos	-	(-) Fundos	-	(-) Fundos	-
<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>	<b>Equilíbrio</b>	<b>-</b>
valores em R\$		valores em R\$		valores em R\$	

### 3.3. Manifestação do Conselho Fiscal

Tendo em vista que a natureza dos Planos de Benefícios é de Contribuição Definida (CD), e durante o período de atividade e de recebimento adota a capitalização por cotas, não haverá manifestação acerca da aderência das premissas e hipóteses atuariais, uma vez que não são empregados na definição dos benefícios e de custeio, exceto para o cálculo do tempo de recebimento do benefício. Como parâmetro de suporte a definição de recebimento do benefício pelo participante é utilizada a tábua biométrica AT-2000, segregada por sexo, a qual indica aderência à realidade demográfica dos participantes dos planos de benefícios.

#### 4. Acompanhamento da Execução Orçamentária

Conforme a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, parágrafo 1º do artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar devem elaborar a peça orçamentária segregada por plano de benefícios, considerando as especificidades de cada um. O Orçamento deve ser aprovado pela Diretoria da Fundação, apreciada pelo Conselho Fiscal e remetida ao Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho Fiscal da entidade manifestar-se com relação à execução orçamentária, conforme descrito na própria Resolução CGPC nº 13, em seu artigo 19, inciso I.

O Conselho Fiscal, com base nos relatórios gerenciais mensais disponibilizados pela Fundação adotou como procedimento de análise, o desempenho da execução orçamentária realizada no período objeto desta manifestação.

Foram objeto de análise os relatórios de Execução Orçamentária (Anexo VII) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que contempla as justificativas em relação a eventuais extrapolações de dispêndios.

No tocante às receitas foram analisados os ingressos de recursos contemplando o aporte pelo Patrocinador de R\$ 6 milhões, sendo R\$ 1 milhão aportado em 02/07/14, R\$ 1 milhão em 04/08/14, R\$ 2 milhões em 19/09/14 e R\$ 2 milhões em 04/12/14, cujos recursos foram destinados ao custeio da Fundação, enquanto a taxa administrativa fixada nos regulamentos ou respectivos Planos de Contribuição dos Benefícios Previdenciários for insuficiente ao seu suprimento, conforme dispõe o inciso II, do art. 36, da lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que instituiu a SP PREVCOM. O Anexo X corresponde ao Fluxo de Caixa, que apresenta os aportes extraordinários do Governo, entre outras informações. Também foi analisado o ingresso das receitas oriundas das contribuições dos participantes dos planos previdenciários ocorridos no segundo semestre de 2014.

#### 4.1. Gestão Previdencial



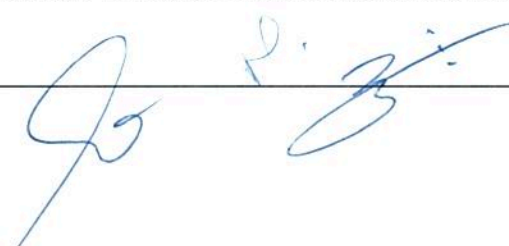
##### 4.1.1. Da execução orçamentária das Adições

As Adições são representadas pelas contribuições efetuadas pelas empresas patrocinadoras, seus participantes ativos, autopatrocinados<sup>1</sup> e Portabilidade<sup>2</sup> por meio de percentuais definidos no Regulamento do Plano e também nos trabalhos de avaliação atuarial, sendo aplicados sobre a folha de salários mensal.

---

<sup>1</sup> Autopatrocinados são aqueles que, deixando de ser Participantes Ativos ou Participantes Ativos Facultativos pelo rompimento do vínculo com o Patrocinador ou por ocorrência de perda parcial da remuneração recebida, optarem por permanecer inscritos nos Planos e recolher as contribuições determinadas para eles e para o Patrocinador no Plano Anual de Custeio.

<sup>2</sup> Portabilidade: Valores portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Complementar (Entidade Aberta ou Fechada) em nome do Participante.





Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo VII), verificamos que os totais de Adições relacionadas às contribuições previdenciárias representaram no segundo semestre 67,7% das projeções orçadas, totalizando 79,8% se comparados o resultado anual.

Conta Contábil	Descrição	Orçamento - 1º Semestre 2014			Orçamento - 2º Semestre 2014		
		Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.1.1.1.01.01.0066	Contribuição Normal Patrocinadora	32.734.554	32.066.566	98,0%	64.245.865	40.744.761	63,4%
3.1.1.3.01.01.0056	Contribuição Normal Participante	32.734.554	35.812.123	109,4%	64.445.865	45.457.657	70,5%
3.1.1.3.01.01.0059	Contribuição Facultativa	60.000	41.360	68,9%	200.000	1.093.670	546,8%

Total de Contribuições	65.529.108	67.920.049	103,6%	128.891.730	87.296.088	67,7%
------------------------	------------	------------	--------	-------------	------------	-------

valores em R\$

valores em R\$

Orçamento Anual de 2014				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.1.1.1.01.01.0066	Contribuição Normal Patrocinadora	96.980.419	72.811.327	75,1%
3.1.1.3.01.01.0056	Contribuição Normal Participante	97.240.419	81.269.780	83,6%
3.1.1.3.01.01.0059	Contribuição Facultativa	260.000	1.135.030	436,5%

Total de Contribuições	194.480.838	155.216.137	79,8%
------------------------	-------------	-------------	-------

valores em R\$

As premissas utilizadas para estimar os aportes de contribuições no período se apresentaram em linha com o montante realizado (2º semestre). Considerando o quadro anual, o total orçado utilizou premissas para estimar os aportes de contribuições que não se efetivaram no período previsto. Em 2014, foi postergada a entrega do convênio de adesão ao plano de benefícios PREVCOM RP, devidamente assinado, por parte do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar, do Tribunal de Contas, e Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cuja aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC ocorreu somente em 23 de junho de 2014. Adicionalmente neste mesmo ano, houve a contenção de adesões de servidores da USP em razão de corte de orçamento.

Com o histórico acima, evidencia-se tais eventos como fatores que influenciaram o desempenho das Adições nos dois exercícios.

#### 4.1.2. Da execução orçamentária das Deduções

As deduções representam o valor de pagamento de benefícios (aposentadorias, resgates de contribuições, portabilidades) pagos no período.

##### Plano de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS

Com base nas informações do quadro a seguir extraídas dos relatórios de Execução Orçamentária (Anexo VII), verificamos que o total de Deduções relacionadas às contribuições previdenciárias no segundo semestre foi de R\$ 162,9 mil, não sendo contemplado na projeção orçamentária este tipo de evento (Resgate).

Orçamento		1º Semestre 2014			2º Semestre 2014		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
3.2.3.1	Resgate	-	57.613	0,0%	-	162.888	0,0%
Total de Deduções		-	57.613	0,0%	-	162.888	0,0%

valores em R\$

valores em R\$

Não há previsão de valores para os institutos legais previstos na legislação e para o recebimento de concessão de benefícios, tendo em vista que inexistem parâmetros dos participantes para projeção orçamentária.

Orçamento Anual de 2014				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
3.2.3.1	Resgate	-	220.501	0,0%
Total de Deduções		-	220.501	0,0%

valores em R\$

Em relação a Fundos de Risco foi justificada a ausência de orçamento, em detrimento da opção facultativa da contratação pelo participante do benefício de risco por meio de uma seguradora contratada pela Fundação.

#### 4.2. Gestão Administrativa

##### 4.2.1. Da execução orçamentária das receitas administrativas

Os valores "Correntes" da Gestão Previdencial são representados pelas contribuições efetuadas por parte das empresas patrocinadoras e participantes para a cobertura de despesas administrativas da Fundação.

As fontes de custeio efetivamente geradoras de recursos são definidas anualmente pelo Conselho Deliberativo, mediante proposição contida no PGA sugerido pela Diretoria Executiva.

Estes valores são transferidos mensalmente por meio de lançamentos contábeis para a Gestão Administrativa de acordo com as normas de contabilização das EFPC's.

Com base nas informações do quadro a seguir, extraídas do relatório de Execução Orçamentária (Anexo VII), constatamos que os valores executados no segundo semestre de 2014 correspondem a 95,3% das projeções orçadas.

Orçamento		1º Semestre 2014			2º Semestre 2014		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
4.1.1.1.01	Patrocinador	7.723.177	7.604.050	98,5%	5.381.350	6.038.782	112,2%
4.1.1.1.03	Participantes	1.793.230	1.890.338	105,4%	3.500.622	2.424.038	69,2%
Total de Correntes		9.516.407	9.494.388	99,8%	8.881.971	8.462.820	95,3%

valores em R\$

valores em R\$

Orçamento Anual de 2014				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.1.1.1.01	Patrocinador	13.104.527	13.642.832	104,1%
4.1.1.1.03	Participantes	5.293.852	4.314.376	81,5%
Total de Correntes		18.398.378	17.957.208	97,6%

valores em R\$

Conforme o quadro anual, a Fundação orçou, para o exercício de 2014, um crescimento da receita de contribuições devido à expectativa de novas adesões ao Plano de Benefícios PREVCOM RP por parte do Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública do Estado de São Paulo. No entanto, essas novas adesões não ocorreram no primeiro semestre de 2014 devido ao atraso na aprovação dos planos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, órgão regulador e fiscalizador das EFPC, bem como à postergação da entrega do convênio de adesão devidamente assinado pelos novos participantes, tendo sido os mesmos aprovados pela PREVIC somente em 23/06/2014. Ademais, a Fundação inteirou-se da contenção referente à adesão dos servidores da USP em razão de corte orçamentário. Todos os eventos mencionados anteriormente influenciaram significativamente o desempenho das adições nos dois exercícios.

O excedente das contribuições do patrocinador quando comparado às contribuições dos participantes, deve-se principalmente as contribuições vertidas à cobertura das despesas de custeio pelo Patrocinador da Fundação, previsto no art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

#### 4.2.2. Da execução orçamentária das despesas administrativas

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são relacionadas à administração do Plano de Benefícios, como por exemplo: salários, encargos, informática, consultorias, auditorias, assessorias, advogados, dentre outros.

Foram objeto de análise deste item, os Balancetes de Evolução Mensal Consolidado e dos Planos (Anexo VIII), a Execução Orçamentária (Anexo VII) e o Relatório Gerencial (Anexo IX) relacionado aos indicadores de despesas, que denotaram dispêndio inferior às projeções orçadas, conforme quadro a seguir.

Orçamento		1º Semestre 2014			2º Semestre 2014		
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
4.2.1.1.01	Pessoal e Encargos	5.344.367	3.816.160	71,4%	5.024.026	4.478.008	89,1%
4.2.1.1.02	Treinamentos e Congressos	18.000	6.799	37,8%	53.000	44.016	83,0%
4.2.1.1.03	Viagens e Estadias	48.500	19.158	39,5%	33.500	17.103	51,1%
4.2.1.1.04	Serviços de Terceiros	1.908.998	1.594.060	83,5%	1.772.322	1.633.276	92,2%
4.2.1.1.05	Despesas Gerais - Comuns	3.377.995	2.867.559	84,9%	3.427.472	2.898.850	84,6%
4.2.1.1.06	Depreciações e Amortizações	92.496	219.299	237,1%	92.504	75.428	81,5%
4.2.1.1.07	Tributos	285.000	279.032	97,9%	288.000	186.042	64,6%
4.2.1.1.99	Outras Despesas	6.049	4.504	74,5%	2.504	2.225	88,8%
4.2.1.2.05	Despesas Gerais - Específicas	6.198	1.260	20,3%	6.202	3.402	54,8%
4.2.1.2.07	Tributos (PIS/COFINS sobre Contr. dos patrocinadores/participantes)	190.750	162.489	85,2%	234.450	207.544	88,5%
4.2.2.1.07	TRIBUTOS (PIS/COFINS sobre Rendimento dos Investimentos Administrativos)	8.400	3.399	40,5%	8.400	2.585	30,8%
<b>Total de Despesas</b>		<b>11.286.753</b>	<b>8.973.719</b>	<b>79,5%</b>	<b>10.942.380</b>	<b>9.548.479</b>	<b>87,3%</b>

valores em R\$

valores em R\$

Orçamento Anual de 2014				
Conta Contábil	Descrição	Orçado	Realizado	%
4.2.1.1.01	Pessoal e Encargos	10.368.393	8.294.168	80,0%
4.2.1.1.02	Treinamentos e Congressos	71.000	50.815	71,6%
4.2.1.1.03	Viagens e Estádias	82.000	36.261	44,2%
4.2.1.1.04	Serviços de Terceiros	3.681.319	3.227.336	87,7%
4.2.1.1.05	Despesas Gerais	6.805.467	5.766.409	84,7%
4.2.1.1.06	Depreciações e Amortizações	185.000	294.727	159,3%
4.2.1.1.07	Tributos	573.000	465.074	81,2%
4.2.1.1.99	Outras Despesas	8.553	6.729	78,7%
4.2.1.2.05	Despesas Gerais Específicas	12.400	4.662	37,6%
4.2.1.2.07	Tributos (PIS/COFINS sobre Contr. dos patrocinadores/participantes)	425.200	370.033	87,0%
4.2.2.1.07	TRIBUTOS (PIS/COFINS sobre Rendimento dos Investimentos Administrativos)	16.800	5.984	35,6%
Total de Despesas		22.229.133	18.522.199	83,3%

Com base em informações prestadas pela Fundação, foi justificado que a execução orçamentária abaixo das despesas estimadas derivou-se da não efetivação de adesões de participantes nos planos previdenciários nos prazos inicialmente previstos, tendo como consequência a diminuição de demandas operacionais, bem como, da adoção de medidas voltadas para o atendimento ao Decreto Estadual nº 59.327 de 28 de junho de 2013, que estabeleceu medidas de redução de despesas de custeio e reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que de acordo com o descrito no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, as despesas administrativas são geridas de forma solidária, sendo registrada em cada plano de benefícios a parcela a este pertinente, em forma de rateio. O mesmo procedimento é aplicado aos aportes extraordinários, que foram registrados em atendimento ao previsto no item II do art. 36 da Lei 14.653, de 22 de dezembro de 2011.

#### 4.2.3. Acompanhamento dos indicadores de Gestão

Em atendimento a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, e Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar deverão passar a adotar indicadores com o objetivo de avaliar a Gestão Administrativa aplicada, ampliando o processo de governança corporativa.

O Conselho Deliberativo em atenção à regulamentação aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA, estabelecendo no artigo 23 os seguintes indicadores de gestão:

**I - Despesas com os investimentos por recursos garantidores** - razão entre as despesas de investimentos realizadas no exercício e o total dos recursos garantidores no último dia do exercício.

	<b>Despesas Investimentos (R\$)</b>	<b>Recursos Garantidores (R\$)</b>	<b>%</b>
1º Semestre/2013	1.775	7.681.413	0,02%
2º Semestre/2013 (acum)	7.467	37.592.560	0,02%
1º Semestre/2014	20.762	106.408.672	0,02%
2º Semestre/2014 (acum)	64.789	197.587.291	0,03%

O indicador demonstra resultado extremamente baixo, em razão de o denominador refletir o saldo dos recursos garantidores do último dia de cada exercício, em um período de acumulação de poupança previdenciária. O Conselho Fiscal recomenda a utilização do saldo médio dos recursos garantidores no período analisado como parâmetro para o referido indicador.

Apesar disso, o indicador apresenta dados condizentes com os resultados anteriores mantendo-se uma média razoável.

**II - Despesas por participante** - razão entre o somatório das Despesas Administrativas previdenciais e de investimentos e o número de participantes do plano de benefícios.

Período		Despesas (R\$)	Nº de Participantes	Despesa por participante (R\$)
1º Sem 2013	jan/13	1.365.353	0	
	fev/13	1.489.771	30	49.659
	mar/13	1.545.652	514	3.007
	abr/13	1.464.879	1.547	947
	mai/13	1.548.141	2.380	650
	jun/13	1.335.488	3.362	397
2º Sem 2013	jul/13	1.451.157	3.718	390
	ago/13	1.450.184	3.949	367
	set/13	1.594.138	4.526	352
	out/13	593.802	5.286	112
	nov/13	1.553.954	5.656	275
	dez/13	1.321.218	6.393	207
1º Sem 2014	jan/14	1.438.007	8.609	167
	fev/14	1.327.506	12.559	106
	mar/14	1.637.360	13.022	126
	abr/14	1.509.294	13.432	112
	mai/14	1.535.294	13.944	110
	jun/14	1.526.260	14.190	108
2º Sem 2014	jul/14	1.707.510	14.423	118
	ago/14	1.574.002	14.736	107
	set/14	1.555.119	15.074	103
	out/14	1.640.591	15.348	107
	nov/14	1.640.072	15.665	105
	dez/14	1.569.940	16.125	97

O indicador demonstra redução das despesas incorridas per capita, dado que o número de participantes tem aumentado mensalmente e um significativo conjunto de despesas fixas administrativas, como aluguel, pessoal, serviços de terceiros, dentre outros, independem até determinado patamar de incremento de novos participantes (“ganho de escala”). Nota-se uma tendência de estabilidade das despesas e aumento dos participantes resultando em queda no indicador, padrão que pressupõem-se continuar nos próximos períodos.

III - **Despesas administrativas da SP-PREVCOM** - razão entre as Despesas Administrativas realizadas e as Despesas Administrativas previstas no exercício.

Período	Orçado	Realizado	% Execução
jan/13	1.688.838	1.365.353	80,8%
fev/13	2.233.627	1.489.771	66,7%
mar/13	1.778.722	1.545.652	86,9%
abr/13	1.778.722	1.464.879	82,4%
mai/13	1.778.722	1.548.141	87,0%
jun/13	1.778.722	1.335.488	75,1%
<b>1º Sem 2013</b>	<b>11.037.353</b>	<b>8.749.284</b>	<b>79,3%</b>
jul/13	1.791.270	1.451.157	81,0%
ago/13	1.787.470	1.450.184	81,1%
set/13	1.789.648	1.594.138	89,1%
out/13	1.823.795	593.802	32,6%
nov/13	1.823.795	1.553.954	85,2%
dez/13	1.856.974	1.321.218	71,1%
<b>2º Sem 2013</b>	<b>10.872.952</b>	<b>7.964.453</b>	<b>73,3%</b>
<b>Consolidado 2013</b>	<b>21.910.305</b>	<b>16.713.737</b>	<b>76,3%</b>
jan/14	1.558.089	1.438.007	92,3%
fev/14	1.653.790	1.327.506	80,3%
mar/14	1.731.612	1.637.360	94,6%
abr/14	1.702.722	1.509.294	88,6%
mai/14	1.666.224	1.535.292	92,1%
jun/14	2.974.316	1.526.260	51,3%
<b>1º Sem 2014</b>	<b>11.286.753</b>	<b>8.973.719</b>	<b>79,5%</b>
jul/14	1.769.953	1.707.510	96,5%
ago/14	1.798.953	1.574.002	87,5%
set/14	1.816.752	1.555.119	85,6%
out/14	1.871.161	1.640.591	87,7%
nov/14	1.842.528	1.501.318	81,5%
dez/14	1.843.033	1.569.940	85,2%
<b>2º Sem 2014</b>	<b>10.942.380</b>	<b>9.548.480</b>	<b>87,3%</b>
<b>Consolidado 2014</b>	<b>22.229.133</b>	<b>18.522.199</b>	<b>83,3%</b>

Com base nas informações da tabela acima, constatamos que os valores executados foram inferiores às projeções orçadas, em razão dos motivos expostos no item 4.2.2. Nota-se também que, retirado a atipicidade do mês de junho 2014 comentada no relatório referente ao 1º semestre de 2014, o indicador apresenta que houve uma tendência de estabilidade do indicador no segundo semestre em relação ao primeiro.



### 4.3. Investimentos

#### 4.3.1. Da execução orçamentária dos investimentos

A apuração do fluxo dos investimentos tem como objetivo demonstrar a rentabilidade obtida com as aplicações financeiras da Entidade, as quais são transferidas a:

- Gestão Previdencial - para a constituição das Provisões Atuariais; e
- Gestão Administrativa - para constituição do Fundo Administrativo.

Como não foi incluído no orçamento da Fundação a projeção de receitas e despesas advindas dos investimentos dos recursos previdenciais e administrativos, este item não é aplicável.

### 4.4. Comentários e Recomendações

#### Comentários

Ressalvadas as incertezas que ainda permeiam a elaboração do orçamento anual da Fundação, o Conselho Fiscal julga bastante razoável os atuais níveis de aderência da sua execução. Pressupõe-se que os cenários que subsidiaram as projeções de execução orçamentária, estejam sendo perseguidos pela Administração no sentido de tornar a Fundação autossustentável no prazo estimado, amparada pelos aportes orçados e executados pelo Patrocinador.

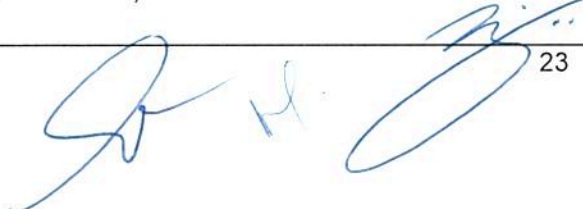
Entretanto quando observado o conjunto de receitas auferidas no período, combinado com as despesas realizadas, houve durante o exercício, a necessidade de novos aportes, apesar das iniciativas imprimidas pela Administração no sentido de reduzir os seus custos. Tal condição confirma-se quando analisados os níveis de execução de despesas orçamentárias que superam os níveis de execução das receitas. Vislumbra-se no próximo ano a baixa capacidade de redução de despesas, dado os custos fixos relacionados à manutenção da Fundação, como salários, aluguéis, softwares, auditoria, assessoria jurídica e atuária que consomem percentual elevado conforme observado no Relatório Gerencial (Anexo IX).

#### Recomendações



Este colegiado sob os preceitos que regem suas atribuições recomenda:

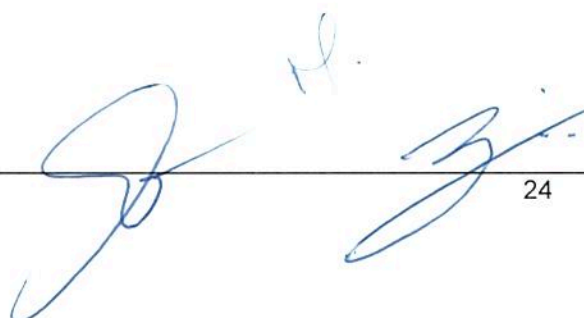
1. Continuidade de medidas que traduzam em incremento de receitas, no sentido de garantir equilíbrio e independência financeira para a Fundação, com níveis competitivos de custeio administrativos.
2. Para que o Conselho Fiscal possa incorporar em suas manifestações a avaliação do cumprimento das metas dos indicadores de gestão de despesas administrativas, o Conselho Deliberativo deve apresentar tais metas, bem como seus limites e critérios



quantitativos e qualitativos, de acordo com o previsto no artigo 4º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e conforme já determinado nos Relatórios de Fiscalização RF nº 12/2014/ERSP/PREVIC e RF nº 13/2014/ERSP/PREVIC emitidos pela PREVIC em 22/08/2014.

#### **4.5. Manifestação**

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do orçamento apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse conselho, da execução orçamentária, que os principais gaps de execução orçamentária, derivaram-se em grande parte de fatores exógenos a Administração da Fundação, e que as oscilações que apresentam relevância em seus valores foram devidamente justificadas ao longo do presente relatório.



## 5. Investimentos em Ativo Permanente

No segundo semestre de 2014 o Conselho estendeu a análise das despesas orçamentárias aos investimentos realizados para a aquisição do Imobilizado e Intangível da Fundação, que estão disponibilizados a seguir:

### Orçado x realizado

O orçamento de 2014 previa um investimento em ativo imobilizado na ordem de R\$ 87 mil, para o segundo semestre. Deste valor, apenas 63% (R\$ 54 mil) foi realizado. As principais aquisições do semestre foram referentes a investimentos em informática, sendo R\$ 33 mil em hardware e R\$ 17 mil em software.

Com isso, a Fundação terminou o ano de 2014 com investimentos em ativo imobilizado na ordem de R\$ 129 mil, dentro do valor previsto em orçamento, de R\$ 223 mil (58% do total). Os principais investimentos no período foram de R\$ 89 mil em hardware e de R\$ 33 mil em software.

Investimento em ativo permanente  
Aquisições em 2014

Meses	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Exercício de 2014
<b>Ativos Orçados (geral)</b>	R\$ 2.498,00	R\$ 23.148,00	R\$ 36.148,00	R\$ 23.148,00	R\$ 8.148,00	R\$ 43.348,00	R\$ 15.498,00	R\$ 4.048,00	R\$ 32.498,00	R\$ 4.498,00	R\$ 2.498,00	R\$ 27.522,00	<b>R\$ 223.000,00</b>
<b>Ativos Adquiridos (Realizados)</b>	R\$ -	R\$ 520,76	R\$ -	R\$ 62.424,32	R\$ 9.225,35	R\$ 3.124,56	R\$ 7.998,20	R\$ 36.342,00	R\$ 5.900,00	R\$ -	R\$ 3.525,00	R\$ 389,00	<b>R\$ 129.449,19</b>
<b>Descrição do Item adquirido</b>		Armário gaveteiro		Computadores (R\$ 54.444,32), Licença de software (R\$ 7.980,00)	Monitores (R\$ 1.443,15), Renovação de licença de software (R\$ 2.800,00), Renovação de licença Office (R\$ 3.182,20), Renovação de licença de software (R\$ 1.800,00)	Arquivo pasta suspensa 4 gavetas	MICROSOFT Office Standar 2013 PLUS -14 licenças	Cessão de direito de uso do Sistema SUMUS for WEB 11.A SANTANA TELEINFORMÁTICA (R\$ 3.502,00), SERVIDOR SUPER MICRO - FELIPE GROSSI - ME (R\$ 19.740,00), SERVIDOR SUPER MICRO - FELIPE GROSSI - ME (R\$ 13.100,00)	Licença FIREWALL APPLIANCE GC 500 ENTERPRISE - VANTAGE TECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA		Ar condicionado na sala da Presidência - Aquisição e instalação - (CARRIER 220 V e 30000 BTUs) - SIMAC SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA - EPP -	Licença WINDOWS 7 Professional DVD - TENAKI COMERCIO DE VARIEDADES LTDA. NF 50 (R\$ 389,00) - processo de agosto/2014 reconhecimento contábil em dezembro/2014	<b>Total do Exercício</b>
<b>Variação % entre Orçado e Realizado</b>	-	2,2%	-	269,7%	113,2%	7,2%	51,6%	897,8%	18,2%	-	141,1%	1,4%	<b>58,0%</b>

### 5.1 Comentários e Recomendações

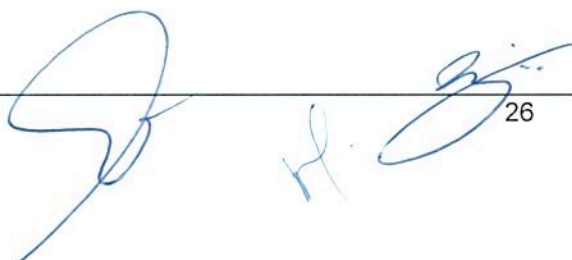
#### Comentários

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo nº 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que o grau de detalhamento do

orçamento apresenta-se adequado a atual fase operacional, ao porte e a complexidade da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM, permitindo o efetivo acompanhamento, por parte desse Conselho, da execução orçamentária.

#### Recomendações

1. Deverão ser observadas as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 para aquisições que atendam a atividade-meio da Fundação;
2. Atentar para o art. 51 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 quanto a investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação.



## 6. Controles Internos

### 6.1. Comentários e Recomendações do relatório anterior (1º semestre/2014)

No Relatório de Controles Internos, referente ao 1º semestre de 2014 foram feitos os seguintes comentários e recomendações:

#### Comentários

1. No Relatório de Controle Interno do 1º semestre de 2014, este Conselho constatou que foi criado o Comitê de Controle Interno e Gestão de Riscos, conforme recomendado pelos membros do Conselho Fiscal de 2013.

Desde então, a Fundação tem envidado esforços no mapeamento dos riscos vinculados aos processos de seus diferentes departamentos e áreas e, as deficiências relevantes foram e são reportadas ao Conselho Fiscal mediante apresentação do Relatório Mensal do Comitê de Controle Interno e Gestão de Riscos.

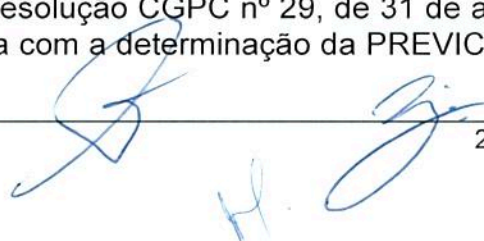
Com objetivo de agilizar o saneamento das deficiências de controles internos, a SP PREVCOM está realizando pesquisas de cotação de preços para fins de contratação de uma empresa de consultoria que a auxilie na implementação dos processos de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que deverá contemplar a constituição de cadeia de valores; identificação e mapeamento dos processos; treinamento e desenvolvimento dos gestores; descrição e mapeamento dos riscos e controles; elaboração da matriz de riscos; monitoramentos dos riscos e das ações de melhoria. Inclusive, o Manual de Governança Corporativa da Fundação, aprovado em janeiro de 2014, estabeleceu um cronograma de atividades para fins de sanar as deficiências identificadas em seus processos:

- abril/2015: contratação efetiva da consultoria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos;

- dezembro/2015: implantação dos processos



2. A SP-PREVCOM iniciou em 2014, o processo para criação dos Comitês Gestores por Plano de Benefício, conforme previsto no Item 1 do Artigo 25 do estatuto da fundação, item abordado pela Superintendência, nos Relatórios de Fiscalização RF nº 12/2014/ERSP/PREVIC e RF nº 13/2014/ERSP/PREVIC emitidos pela PREVIC em 22/08/2014 .
3. Também foi determinado à Diretoria Executiva que apresentasse detalhadamente para o PGA de 2015, os indicadores de gestão administrativa, para que o Conselho Deliberativo possa apresentar as metas, bem como, os limites e critérios qualitativos e quantitativos, conforme previsto, no art. 4º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e finalmente, o Conselho Fiscal cumpra com a determinação da PREVIC - nos



Relatórios de Fiscalização RF nº 12/2014/ERSP/PREVIC e RF nº 13/2014/ERSP/PREVIC emitidos pela PREVIC em 22/08/2014, quanto à incorporação em suas manifestações no Relatório de Controles Internos, a análise dos limites, critérios e metas estabelecidos para os indicadores de gestão de despesas administrativas.

#### Recomendações

1. Implantação efetiva da gestão de riscos e dos controles internos, dentro do cronograma estabelecido no Manual de Governança Corporativa, dando assim continuidade ao trabalho iniciado pelo comitê designado;
2. Instituição dos Comitês Gestores no exercício de 2015;
3. Aplicação dos indicadores de gestão administrativa e respectiva análise, com base nas metas e critérios estabelecidos pelo Conselho Deliberativo;
4. Manutenção de toda sua legislação, inclusive à revogada, para fins do efetivo acompanhamento da Fundação, quanto ao seu histórico, evolução, bem como, adequação às determinações legais.

#### Manifestação

Em atendimento a Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal avaliou a documentação disponibilizada pela entidade para análise da aderência e eficiência dos controles internos, dos quais julgou adaptados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por ela operados até a presente data, ressaltando, entretanto que as recomendações descritas anteriormente sejam apropriadas em 2015.

#### 6.2. Respostas às recomendações do relatório anterior

Conforme recomendação do relatório anterior foi criado o Comitê Interno e Gestão de Risco, o qual passou a disponibilizar aos seus Administradores e Conselheiros, os relatórios mensais/bimestrais, sobre o mapeamento dos riscos encontrados.

Com objetivo de minimizar e mitigar os riscos identificados, o Comitê de Controle Interno e Gestão de Risco, em 23 de dezembro/2014, publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 242 – Poder Executivo, Seção I, página 30, a Portaria do Diretor Presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo, que altera a Portaria SP-PREVCOM 036, de 31 de outubro de 2013 ao elaborar o Sistema de Controles Internos da SP PREVCOM com apoio de serviços especializados.

**Membros Conselho Fiscal**



---

Paulo Rafael Minetto Maceta  
Conselheiro Presidente



---

Elaine Cristina Eder  
Conselheira



---

Rosana Mitiko Kitazume  
Conselheira



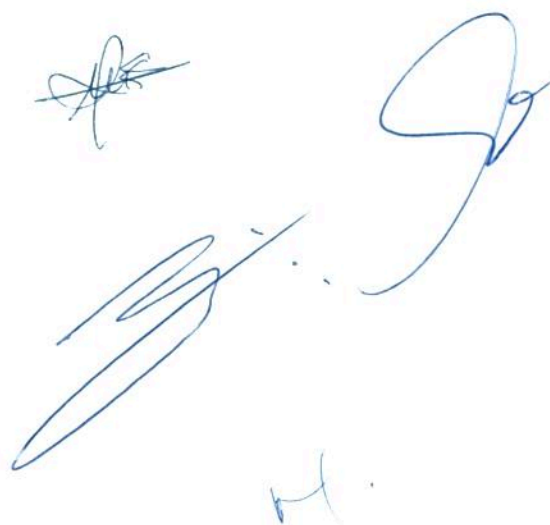
---

Eliana Naccarati  
Conselheira



## Anexos

- I - Diretrizes de Investimentos - 2014
- II - Regulamento do Fundo de Investimento
- III - Relatório de Exposição em Mercado
- IV - Relatório de Segmentação de Carteiras – CVM e do Gestor
- V - Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS
- VI - Evolução das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial dos Planos de Benefícios PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS (Anexo VI)
- VII - Execução Orçamentária
- VIII - Balancetes - Evolução Mensal Consolidado e dos Planos – Movimento e Saldo Final
- IX - Relatórios Gerenciais (1º semestre)
- X - Fluxo de Caixa
- XI - Orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo
- XII - Comunicação de Deficiência de Controles Internos – Auditoria Deloitte
- XIII - Parecer da Auditoria Independente - Deloitte (Exercício de 2013)
- XIV - Demonstrações Contábeis 2013
- XV - PORTARIA 036-2013 - DOE - Comissões e Comitê- 2013 11 05
- XVI - Relatórios de Fiscalização – PREVIC.

The image shows several handwritten signatures in blue ink. There are three distinct signatures: one at the top left, one in the middle right, and one at the bottom center. The signatures are stylized and appear to be in cursive or a similar fluid script.